

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada

Data de atualização: 16/04/2026

Legislação Federal	
Legislação	Ementa
<u>Lei nº 15.378, de 06 de abril de 2026</u>	<p>Institui o Estatuto dos Direitos do Paciente.</p> <p>*Art.10. O paciente tem o direito de não ser tratado com distinção, exclusão, restrição ou preferência de atendimento baseados em sexo, raça, cor, religião, enfermidade, deficiência, origem nacional ou étnica, renda ou qualquer outra forma de discriminação que provoque restrições de seus direitos.</p> <p>*Art. 12, § 2º O paciente tem o direito a intérprete ou, no caso da pessoa com deficiência, a meios que assegurem sua acessibilidade.</p>
<u>Lei nº 15.176, de 23 de julho de 2025.</u>	<p>Altera a Lei nº 14.705, de 25 de outubro de 2023, para prever programa nacional de proteção dos direitos da pessoa acometida por Síndrome de Fibromialgia ou Fadiga Crônica ou por Síndrome Complexa de Dor Regional ou outras doenças correlatas.</p>
<u>Lei nº 14.724, de 14 de novembro de 2023.</u>	<p>Institui o Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social (PEFPS); dispõe sobre a transformação de cargos efetivos vagos do Poder Executivo federal; altera as Leis nºs 3.268, de 30 de setembro de 1957, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, 11.134, de 15 de julho de 2005, 11.361, de 19 de outubro de 2006, 10.486, de 4 de julho de 2002, 13.328, de 29 de julho de 2016, 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, 12.086, de 6 de novembro de 2009, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e 14.204, de 16 de setembro de 2021; e revoga dispositivos das Leis nº 9.713, de 25 de novembro de 1998, 9.986, de 18 de julho de 2000, e 14.059, de 22 de setembro de 2020, e a Medida Provisória nº 1.181, de 18 de julho de 2023.</p>
<u>Lei nº 14.624, de 17 de julho de 2023.</u>	<p>Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para instituir o uso do cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências ocultas.</p>

<u>Decreto nº 10.255, de 27 de fevereiro de 2020.</u>	Convoca a Quinta Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
<u>Lei nº 13.977, de 08 de janeiro de 2020.</u>	Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), e dá outras providências.
<u>Decreto nº 10.014, de 06 de setembro de 2019.</u>	Altera o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
<u>Lei nº 13.835, de 04 de junho de 2019.</u>	Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para assegurar às pessoas com deficiência visual o direito de receber cartões de crédito e de movimentação de contas bancárias com as informações vertidas em caracteres de identificação tátil em braile.
<u>Lei nº 13.830, de 13 de maio de 2019.</u>	Dispõe sobre a prática da equoterapia.
<u>Decreto nº 9.762, de 11 de abril de 2019.</u>	Regulamenta os art. 51 e art. 52 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para dispor sobre as diretrizes para a transformação e a modificação de veículos automotores a fim de comporem frotas de táxi e de locadoras de veículos acessíveis a pessoas com deficiência.
<u>Lei nº 13.825, de 13 de maio de 2019.</u>	Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Lei de Acessibilidade), para estabelecer a obrigatoriedade de disponibilização, em eventos públicos e privados, de banheiros químicos acessíveis a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
<u>Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.</u> Estatuto da Pessoa com Deficiência	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência
<u>Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.</u>	Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
<u>Decreto Legislativo nº 186, 2008.</u>	Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.
<u>Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.</u>	Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
<u>Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.</u>	Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade

	das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
<u>Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.</u>	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.
<u>Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.</u>	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
<u>Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000.</u>	Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.
<u>Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.</u>	Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.
<u>Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.</u>	Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Lei de Cotas *Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: <ul style="list-style-type: none"> • I - até 200 empregados.....2%; • II - de 201 a 5003%; • III - de 501 a 1.0004%; • IV - de 1.001 em diante.5%.
<u>Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.</u>	Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

Legislação Estadual

Legislação	Ementa
<u>Lei nº 10.869, de 03 de julho de 2025.</u>	Altera A Lei Estadual Nº 4.883, de 1 de novembro De 2006, Que "Concede Isenção Do Pagamento De Taxas Estaduais, Relativas À Primeira Emissão Bem Como à Renovação Da Carteira Nacional De Habilitação (CNH), Às Pessoas Portadoras De Deficiência".

<u>Lei nº 10.194, de 01 de dezembro de 2023.</u>	Institui o programa de saúde mental, prevenção de depressão e suicídio para pais e cuidadores diretos de pessoas com deficiência, e dá outras providências
<u>Lei nº 10.175, de 09 de novembro de 2023.</u>	Altera o anexo da Lei nº 5.645, de 6 de janeiro de 2010, para incluir, no calendário oficial do Estado do Rio de Janeiro, a semana do esporte.
<u>Lei nº 9.858, de 19 de Setembro de 2022.</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro de adaptações de eventos realizados ao ar livre às pessoas com deficiência ou mobilidade e dá outras providências.
<u>Decreto nº 48.209 de 19 de Setembro de 2022.</u>	Regulamenta a Lei Estadual nº 5.427, de 01 de abril de 2009, no que dispõe sobre a produção e tramitação eletrônica de documentos e processos administrativos na administração Pública Estadual e dá outras providências.
<u>Lei nº 9750 de 30 de junho de 2022.</u>	Altera a Lei nº 7.354, de 14 de julho de 2016, para estender os benefícios do PROGRAMA DE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DO TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE - TDAH aos portadores do Transtorno Desafiador opositivo - TDO, na forma que menciona.
<u>Lei nº 9600 de 17 de março de 2022.</u>	Estabelece penalidades administrativas às pessoas físicas ou jurídicas e agentes públicos que discriminem as pessoas com transtorno de espectro autista (TEA) no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências
<u>Lei nº 9536, de 29 de dezembro de 2021.</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas concessionárias de serviços públicos de transportes ferroviário, metroviário e aquaviário, viabilizarem meios para que pessoas com deficiência auditiva consigam identificar os horários das composições.
<u>Lei nº 8.574, de 21 de outubro de 2019.</u>	Estabelece o cartão da pessoa com deficiência como forma comprobatória de que é portador de moléstia degenerativa de difícil percepção ou comprovação.
<u>Lei nº 8.511, de 04 de setembro de 2019.</u>	Altera o inciso I do artigo 3º da Lei nº 7.329 de 08 de julho de 2016, ampliando o conceito de pessoa com deficiência física.
<u>Lei nº 8.506, de 30 de agosto de 2019.</u>	Garante às pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) e com deficiência a inclusão da sua condição nos documentos de identificação expedidos pelo DETRAN, e dá outras providências.
<u>Lei nº 8492, de 28 de agosto de 2019.</u>	Dispõe sobre a aquisição de equipamento que permita o acesso de pessoas com deficiência às praias do Estado do Rio de Janeiro.

<u>Lei nº 8486, de 23 de agosto de 2019.</u>	Dispõe sobre o direito das pessoas com deficiência visual obterem as certidões de registro civil em braile.
<u>Lei nº 8.455, de 08 de julho de 2019.</u>	Determina a inclusão de pessoas com deficiência psicossocial nos programas de qualificação profissional promovidos pelo Poder Executivo no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei nº 8415, de 12 de junho de 2019.</u>	Determina que todos os assentos dos transportes coletivos intermunicipais sejam destinados preferencialmente para uso de idosos, pessoas com crianças de colo, gestantes, obesos, deficientes e pessoas com limitação temporária de locomoção, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei nº 8.401, de 23 de maio de 2019.</u>	Cria o Programa Estadual para o incentivo à utilização da musicoterapia como tratamento terapêutico complementar de pessoas com deficiência, síndromes e/ou transtorno do espectro autista (TEA).
<u>Lei nº 8383, de 18 de abril de 2019.</u>	Institui a criação das escolas da rede pública de educação bilíngue para surdos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei nº 8348, de 01 de abril de 2019.</u>	Dispõe sobre o acesso de profissionais da área de saúde, que fazem tratamento de alunos com deficiência e ou mobilidade reduzida, transtornos globais do desenvolvimento, e com altas habilidades ou superdotação, nas dependências das escolas públicas e privadas.
<u>Lei nº 8338, de 29 de março de 2019.</u>	Institui o programa de prevenção à epilepsia e assistência integral às pessoas com epilepsia no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Lei nº 8331, de 29 de março de 2019.</u>	Dispõe sobre a reserva de 15% das vagas de trabalho nos eventos esportivos e culturais, promovidos ou apoiados pelo Governo do Estado, para as pessoas com deficiência.
<u>Lei nº 8326, de 29 de março de 2019.</u>	Modifica o art. 1º, § 5º, da lei nº 4.510, de 13 de janeiro de 2005, para incluir os portadores de HIV/AIDS no rol de beneficiados com a isenção do pagamento de tarifas nos serviços de transporte intermunicipal de passageiros.
<u>Lei nº 8323, de 29 de março de 2019.</u>	Compete exclusivamente ao poder público o cadastramento e a concessão de gratuidade destinada as pessoas com deficiência, idosos e estudantes da rede pública.
<u>Lei nº 8311, de 14 de março de 2019.</u>	Dispõe sobre o fornecimento de pulseiras de identificação para doentes crônicos (Alzheimer, Parkinson, Epilepsia e outros), autistas, idosos e qualquer pessoa em situação de vulnerabilidade.
<u>Lei nº 8306, de 28 de fevereiro de 2019.</u>	Altera a lei nº 4.746, de 11 de abril de 2006, que "dispõe sobre a merenda escolar distribuída aos alunos, portadores de diabetes mellitus, matriculados na rede pública estadual de ensino", incluindo os alunos com intolerância à lactose.

<u>Lei nº 7454, de 18 de outubro de 2016.</u>	Autoriza o Poder Executivo a reduzir a jornada de trabalho de servidores públicos ou militares que sejam legalmente responsáveis por pessoa com deficiência que requeiram atenção permanente.
<u>Lei nº 7354, de 14 de julho de 2016.</u>	Institui, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, o PROGRAMA DE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DO TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE – TDAH E DO TRANSTORNO DESAFIADOR OPOSITIVO – TDO, e dá outras providências. (Redação dada pela Lei 9750/2022)
<u>Lei nº 6642, de 18 de dezembro de 2013.</u>	Dispõe sobre as vagas monitoradas de estacionamento de veículos automotores, nos estabelecimentos privados, para as pessoas com deficiência, com dificuldade de locomoção e idosos, na forma que menciona.
<u>Lei nº 6542, de 25 de setembro de 2013.</u>	Dispõe sobre a adequação de provas aos portadores de deficiência visual nas situações que menciona.
<u>Lei nº 6342, de 09 de novembro de 2012.</u>	Altera a Lei nº 5.187, de 14 de janeiro de 2008, que dispõe sobre a adequação dos guichês de atendimento no estado do Rio de Janeiro às pessoas com deficiência que utilizem cadeiras de roda.
<u>Lei nº 5959, de 26 de abril de 2011.</u>	Altera a ementa, o art. 1º e o art. 2º da Lei nº 2650, de 5 de dezembro de 1996, que obriga os centros comerciais e supermercados a terem cadeiras de rodas para atender à clientela circunstancialmente necessitada de uso deste equipamento.
<u>Lei nº 5955, de 18 de abril de 2011.</u>	Torna obrigatória a afixação de cartazes em todos os estabelecimentos bancários do estado do Rio de Janeiro, informando sobre o teor da Lei de nº 4.374, de 15 de julho de 2004 e dá outras providências.
<u>Lei nº 5705, de 27 de abril de 2010.</u>	Dispõe sobre a instalação de banheiros químicos, adaptados às necessidades de pessoas com mobilidade reduzida ou que utilizem cadeira de rodas.
<u>Lei nº 5682, de 05 de abril de 2010.</u>	Dispõe sobre a afixação de cartazes, nas dependências de hospitais e postos de saúde, de informações sobre as vacinas infantis obrigatórias.
<u>Lei nº 5671, de 25 de março de 2010.</u>	Altera a Lei Estadual nº 5059, de 5 de julho de 2007. (Tratamento Preferencial)
<u>Lei nº 3.837, de 20 de maio de 2002.</u>	Versa sobre a obrigatoriedade de reserva de vagas para os veículos dos portadores de deficiência física em órgãos públicos do estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei nº 3.807, de 04 de abril de 2002.</u>	Dispõe sobre a concessão de horário especial aos servidores estaduais e empregados de empresas estatais, responsáveis por portadores de necessidades especiais

	que requeiram atenção permanente e dá outras providências.
<u>Lei nº 2.482, de 14 de dezembro de 1995.</u>	Altera a lei nº 2.298 de 28 de julho de 1994 e dá outras providências.
<u>Lei nº 2.298, de 28 de julho de 1994.</u>	Regulamenta o artigo 338, I, da constituição do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria Geral de Gestão do Conhecimento

Departamento de Gestão do Conhecimento Institucional
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento
Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br